



Brasília-DF, 30 de julho de 2026

Novo ciclo político em disputa

*Neuriberg Dias**

As eleições de 2026 são consideradas uma das mais importantes por duas razões. A primeira é a consolidação de um pacto de reconstrução do Estado com participação e diálogo social. A segunda, talvez mais decisiva e estratégica, é a definição de um novo ciclo político no Brasil, que envolve novas lideranças emergentes da direita, da esquerda e do centro do espectro político.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou de todas as eleições presidenciais desde a redemocratização e tem a possibilidade de vencer a disputa deste ano para um quarto mandato. Ao seu lado, marcaram esse período Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, todos ex-presidentes. Além do presidente José Sarney que, eleito vice-presidente no Colégio Eleitoral e alçado à Presidência da República, é uma liderança expressiva no cenário nacional e construiu importante capital político.

Entre 1989 e 2022, a disputa presidencial foi estruturada em torno dessas lideranças. Assim, quem vencer as eleições de 2026 assumirá a Presidência em condições políticas mais favoráveis para liderar um novo ciclo no país.

Na perspectiva partidária, o Brasil caminha para um sistema menos fragmentado do que o das últimas décadas. Vale ressaltar, a título de curiosidade, que a eleição presidencial de 1989 contou com 22 candidatos ao Palácio do Planalto, evidenciando a forte fragmentação político-partidária do país no período pós-ditadura militar.

As novas regras das eleições proporcionais, com o fim das coligações, a criação das federações partidárias e a cláusula de desempenho, reduziram significativamente o número de legendas em disputa e, por consequência, produziram reflexos também nas candidaturas majoritárias.

A governabilidade exige um presidencialismo mais hábil com o fortalecimento do Poder Legislativo em relação ao Executivo¹. O Congresso passou a definir a agenda política com influência das bancadas informais, muitas vezes em contraposição aos interesses do chefe de governo e de Estado.

O eleitor brasileiro mudou. O país chega às eleições de 2026 com cerca de 159 milhões de eleitores, praticamente o dobro dos pouco mais de 80 milhões registrados na primeira eleição presidencial direta da redemocratização, em 1989. As mulheres

**PLENÁRIA NACIONAL
CNTI 80 ANOS**

**UNIDOS NA LUTA,
PRESENTES NO FUTURO.**

14 a 18 de SETEMBRO de 2026

Local:
CTE - CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL DA CNTI

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO
JOSÉ CALIXTO RAMOS**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) tem a honra de convidar o(a) companheiro(a) para participar da **Plenária Nacional CNTI 80 Anos**, um encontro histórico que marcará as oito décadas de atuação da Confederação em defesa dos trabalhadores e do fortalecimento do movimento sindical brasileiro. O evento será realizado de **14 a 18 de setembro de 2026**, no **Centro Técnico Educacional (CTE) / Instituto de Educação e Trabalho José Calixto Ramos**, em Luziânia (GO).

A Plenária será um importante espaço de diálogo, integração e construção coletiva, reunindo dirigentes sindicais de todo o país para debater os desafios do mundo do trabalho, definir estratégias de atuação e celebrar os 80 anos de história da CNTI. Sua presença será fundamental para fortalecer a unidade da categoria e reafirmar o compromisso com a luta por mais direitos, valorização do trabalho e um futuro cada vez mais justo para todos os trabalhadores da indústria.

Brasília-DF, 30 de julho de 2026

representam cerca de 52% do eleitorado; os eleitores com ensino médio completo formam o maior grupo em termos de escolaridade; e o envelhecimento da população amplia o peso político das faixas etárias acima de 60 anos.

Além disso, cerca de 20 milhões de brasileiros estão nas faixas em que o voto é facultativo e aproximadamente 1 milhão de brasileiros votam no exterior, e a influência do cenário internacional também é determinante aos candidatos à Presidência.

Essa nova realidade demográfica veio acompanhada de um eleitor mais conectado às plataformas digitais e menos identificado com os partidos políticos e até candidatos quando não lembram em que votou nas eleições para cargos no Congresso. As campanhas passaram a ser fortemente influenciadas pelas redes sociais, pela circulação acelerada de informações que tem influenciado as preferências e valores dos eleitores.

Por fim, o pleito de outubro próximo também influenciará as eleições municipais de 2028 e, consequentemente, as presidenciais e legislativas de 2030. Não resta dúvida de que quem vencer as eleições de 2026 encontrará condições institucionais e políticas favoráveis para inaugurar esse novo e desafiador ciclo político-eleitoral.

**Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap.*

¹ Nova dinâmica parlamentar:

<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/93060-nova-dinamica-parlamentar>

Fonte: Diap

Discussão sobre fim da escala de trabalho 6x1 continua em agosto

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Sessão temática de debate sobre a escala 6x1, em 1º de julho

O fim da chamada escala 6x1, com seis dias de trabalho e um de folga por semana, seguirá em discussão no Senado em agosto, após o recesso parlamentar. A expectativa de alguns senadores é de que a PEC 221/2019 seja votada após a volta dos trabalhos.

Além de acabar com a escala 6x1, a proposta reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários.

O texto chegou ao Senado no fim de maio, após aprovação na Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre, determinou que a proposta passasse pelas comissões.

O presidente do Senado tem se reunido com os setores interessados no tema para discutir a proposta. No início de julho, a reunião foi com as centrais sindicais, que defenderam o avanço na análise do texto. Antes, em maio, ele já havia recebido integrantes dos empregadores, que defenderam a votação da proposta somente após as eleições.

Agosto

Em entrevista na segunda-feira (13), o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) afirmou que o fim da escala 6x1 é "prioridade absoluta" para o governo e que continuará trabalhando para que a votação ocorra assim que possível.

— Mesmo no período das eleições, o Senado vai funcionar em esforços concentrados e remotamente. Não impede que possamos ainda votar a PEC do fim da escala 6x1 em agosto. Nós vamos, ainda, insistir em avançar sobre essa proposta de emenda à Constituição ainda nesse período.

As semanas de esforço concentrado serão entre 10 e 14 de agosto e entre 31 de agosto e 3 de setembro, e devem coincidir com os esforços concentrados na Câmara, conforme anunciado por Davi Alcolumbre na quarta-feira (15).

— O calendário é exatamente o mesmo que será adotado pela Câmara dos Deputados, permitindo que o Congresso Nacional funcione em plenitude e de modo eficiente e harmônico — informou Davi.

Defesa

Em pronunciamentos recentes, o senador Paulo Paim (PT-RS), um dos principais defensores da proposta, disse ter esperança de que a votação ocorra em agosto. Para ele, o debate sobre a redução da jornada não "pertence" ao governo, à oposição e nem aos partidos políticos, e sim ao povo.

— Tenho muita esperança de que a PEC vai ser votada no mês de agosto, porque, com certeza, o trabalhador brasileiro sabe que não vai nadar, nadar e morrer na beira da praia. Espero que esta Casa compreenda a dimensão histórica dessa decisão — defendeu.

Para Paim, o fim da escala 6x1 fará a produtividade do

Brasília-DF, 30 de julho de 2026

trabalhador brasileiro aumentar, ao invés de diminuir. Ele argumentou que países com jornadas menores apresentam índices mais elevados de produtividade por hora trabalhada.

Também em defesa do avanço na análise da PEC, o senador Cleitinho (Republicanos-MG) comparou a jornada dos trabalhadores à dos parlamentares. Ele lembrou que o período de campanha eleitoral começa em agosto e disse que o eleitor precisa cobrar seus representantes.

— Muitos que vão aí pedir voto para você não querem votar o fim da escala 6x1, querem fazer você trabalhar igual a um condenado no 6x1, e nós aqui trabalhando, durante este ano de 2026, o que não vai dar nem um mês de trabalho, do jeito que está aí — criticou.

Eleições

Outros senadores demonstram preocupação com os efeitos da PEC e defendem que a votação fique para depois das eleições. Em sessão temática no início de julho, o líder da oposição, senador Rogerio Marinho (PL-RN), defendeu o amadurecimento do debate e a discussão do tema fora do período eleitoral.

— Não é proibido, não é interditado discutirmos jornada de trabalho. Pelo contrário, é uma discussão que tem que acontecer. Mas por que agora? Por que neste momento? — questionou o senador.

No mesmo debate, o senador Jayme Campos (União-MT) afirmou que votará a favor da PEC, mas defendeu que o debate seja feito com serenidade e que todos os setores sejam ouvidos para que a solução seja equilibrada.

— Estamos falando da vida de milhões de brasileiros, de tempo dedicado à família, ao descanso, à qualificação profissional e, ao mesmo tempo, da competitividade das empresas e da capacidade de gerar empregos. É justamente por isso que este debate exige serenidade, responsabilidade e diálogo — ponderou.

Outras propostas

Também na sessão temática, o senador Jaime Bagattoli (PL-RO) criticou a falta de estudos de impacto econômico e social da medida durante a análise na Câmara e afirmou que a PEC vai ter consequências negativas na economia. Ele defendeu a aprovação de outra proposta em análise no Senado.

— Defendemos a PEC 12/2026, que permite ao trabalhador negociar uma jornada flexível de acordo com as suas necessidades. Direitos como férias,

décimo terceiro e FGTS seguirão de forma proporcional à jornada acordada — garantiu.

A proposta foi apresentada pelo senador Rogerio Marinho logo após a chegada da PEC 221 ao Senado. Pela proposta, seria possível escolher entre o regime comum previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou um regime flexível baseado em horas trabalhadas. A PEC deixa claro que o contrato individual prevalece sobre possíveis acordos coletivos. Benefícios como FGTS, férias e 13º salário também seriam proporcionais às horas trabalhadas.

Na Câmara, a PEC 221 era analisada junto com outra proposta, a PEC 8/2025, da deputada Érika Hilton (PSOL-SP), que previa uma carga máxima de 36 horas em quatro dias de trabalho. O texto foi arquivado.

Outro projeto, o PL 1.838/2026, foi apresentado em abril pelo Executivo. Ele define em 40 horas semanais o limite da jornada normal de trabalho e garantir ao trabalhador dois repousos semanais remunerados de 24 horas consecutivas. Após a aprovação da PEC 221, o governo retirou o pedido de urgência para o projeto, que segue em análise na Câmara.

Fonte: Agência Senado

Não concordo que nova reforma é necessária, diz ministro da Previdência

Queiroz afirma que Fazenda ataca com números e ele defende proteção social, mas Lula é quem decide



Crédito: Edson Leal/Divulgação/MPS

O ministro da Previdência, Wolney Queiroz, discorda da ideia de que uma nova reforma do sistema de aposentadorias e pensões seja necessária. Em entrevista ao JOTA nesta segunda-feira (27/7), ele tachou de cruéis iniciativas como mudanças na idade mínima e defendeu a proteção dos trabalhadores mais vulneráveis.

As declarações evidenciam a dificuldade de o próprio governo enfrentar um tema sensível como as mudanças previdenciárias em meio às eleições, mesmo enquanto o mercado espera sinalizações mais

Brasília-DF, 30 de julho de 2026

robustas de ajustes nas contas públicas. O próprio ministro Dario Durigan (Fazenda) vem fazendo acenos do tipo e defendendo a contenção de despesas obrigatórias no Orçamento da União, mas o assunto está longe de ter um discurso unificado no governo e entre outros aliados de Lula (PT).

“Não concordo que haja necessidade de uma reforma”, disse Queiroz. “Nós estamos envelhecendo mais e isso pressiona a conta da Previdência, mas eu considero injusto que se olhe sempre para uma reforma da Previdência como se costuma fazer, olhando sempre para aumentar a idade ou aumentar a alíquota [de contribuição]”.

“Acho isso muito cruel. Sou do Nordeste brasileiro, onde a expectativa de vida não é como a do Sul e do Sudeste. As pessoas não vivem tanto tempo”, disse. “É muito cruel [aumentar a idade mínima] para quem pega ônibus todos os dias, [leva] duas horas para ir para o trabalho, duas para voltar”, completou.

Apesar da resistência, o ministro reconheceu a necessidade de mudanças. “Acredito que nós estaremos desafiados – todos nós, a inteligência brasileira – a construir soluções de Previdência que são reais, que nós precisamos ajustar e adequar. Mas sempre com o olhar de não penalizar aqueles que já vivem muito sofridos, que são os trabalhadores brasileiros”, disse.

“Todos nós aqui trabalhamos muitas horas, mas nós trabalhamos no ar-condicionado, de paletó e gravata, bem vestidos, graças a Deus, e nós sabemos que essa não é a realidade da maioria, de 99% dos trabalhadores brasileiros. Então é com eles que me preocupo”, disse.

O ministro Dario Durigan já citou como possível mudança na Previdência um endurecimento nas regras para militares. A secretária de Política Econômica da Fazenda, Débora Freire, menciona a possibilidade de ajustes, no futuro, na idade mínima. O atual secretário-executivo da Fazenda, Rogério Ceron, já disse que o país precisaria se acostumar com mudanças mais frequentes no sistema.

Quando apresentado a essas declarações, Queiroz afirmou que o Ministério da Fazenda fica no ataque cuidando dos números. Enquanto ele fica na defesa do trabalhador. E que quem decide a estratégia é o presidente Lula.

“O capitão do time agora, digamos, é a ministra Miriam Belchior [da Casa Civil]. O técnico é o presidente Lula. É ele quem decide qual é a hora de atacar, qual é a hora de defender, qual é a estratégia do time. O ministro Dario é o atacante. Ele tá lá na

frente, cuidando dos números. E eu sou o cara da defesa, da proteção social. Então eu tô fazendo o meu papel”, disse.

Fonte: Jota

Queda no preço dos alimentos faz inflação desacelerar para 0,06% em julho



Recuo nos preços de itens como tomate, batata e café amenizou o impacto da alta da energia elétrica e reduziu o ritmo da inflação no mês

A prévia da inflação oficial do país desacelerou para 0,06% em julho, puxada principalmente pela queda no preço dos alimentos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado na terça-feira (28) pelo IBGE, ficou 0,35 ponto percentual abaixo da taxa registrada em junho, quando havia avançado 0,41%.

Com o resultado, o IPCA-15 acumula alta de 3,51% no ano e de 4,52% nos últimos 12 meses, abaixo dos 4,80% registrados no período imediatamente anterior.

Entre os nove grupos pesquisados, a principal contribuição para a desaceleração da inflação veio de Alimentação e bebidas, que caiu 0,66% e retirou 0,15 ponto percentual da inflação do mês. O resultado foi puxado pelas quedas nos preços do tomate (-19,95%), da batata-inglesa (-10,03%) e do café moído (-3,13%). Já a cebola (7,10%) e o pão francês (0,65%) registraram alta.

Na direção oposta, o grupo Habitação teve a maior pressão sobre o índice, com alta de 0,97%, impulsionada principalmente pelo aumento de 3,03% na energia elétrica residencial. O reajuste refletiu a adoção da bandeira tarifária amarela e reajustes tarifários em diversas capitais.

O grupo Transportes avançou 0,11%, influenciado pela alta de 11,70% nas passagens aéreas. Já os combustíveis ajudaram a conter a inflação, com recuo de 0,90%, puxado pelas quedas do etanol (-2,50%), do óleo diesel (-1,32%), do gás veicular (-0,97%) e da gasolina (-0,68%).

Entre as capitais pesquisadas, o maior resultado foi registrado no Rio de Janeiro (0,44%), pressionado pelo aumento das passagens aéreas e da energia elétrica. Belém apresentou a menor variação (-0,22%), favorecida pelas quedas nos preços do açaí e da gasolina.

Fonte: Portal Vermelho